FAZENDOJUSTIÇA

DEPEN Departamento Penitenciário Nacional | PNUD | CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Programa FAZENDO JUSTIÇA

O programa Fazendo Justiça atua para a superação de desafios estruturais do **sistema penal e do sistema socioeducativo** a partir do reconhecimento do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se da continuidade de parceria iniciada em 2019 entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e outras colaborações envolvendo o setor público, o setor privado e a sociedade civil.

O programa compreende um plano nacional com **28 ações** para as diferentes fases do ciclo penal e do ciclo socioeducativo, adaptado à realidade de cada unidade da federação com o protagonismo dos atores locais. As ações reúnem as melhores práticas de diferentes gestões do CNJ e se desdobram em apoio técnico, doação de insumos e articulação institucional.

O público-alvo do programa inclui beneficiários de nível inicial (**Judiciário** e atores do sistema de Justiça Criminal) e de nível final – **cerca de 800 mil pessoas no sistema prisional e 140 mil adolescentes** no sistema socioeducativo, nos meios aberto ou fechado.

Por seu caráter abrangente, o programa está alinhado a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em especial, o **Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.**

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

CNJ em parceria com o **PNUD** e apoio do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**

Superação de **desafios estruturais** no campo da privação de liberdade e da responsabilização

Atuação junto a tribunais locais a partir de **27 planos executivos** customizados

Apoio técnico de **especialistas** das Nações Unidas

Ações e indicadores bem definidos

Saiba mais sobre o programa Fazendo Justiça

O Fazendo Justiça fomenta o protagonismo de cada ator-chave para incidências a partir de evidências do que realmente funciona

Ciclo da responsabilização
(sistema prisional e sistema socioeducativo)

Porta de entrada

- Qualificação e efetividade da porta de entrada
- Responsabilizações proporcionais

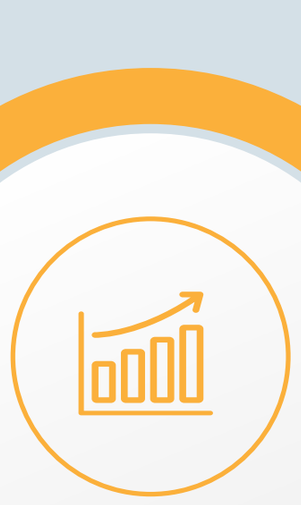
Responsabilização

- Qualificação de sistemas de gestão e refinamento de dados
- Qualificação do monitoramento e fiscalização do cumprimento de penas e de medidas socioeducativas
- Fomento e qualificação de medidas em meio aberto
- Mais oportunidades alinhadas à cidadania

Porta de saída

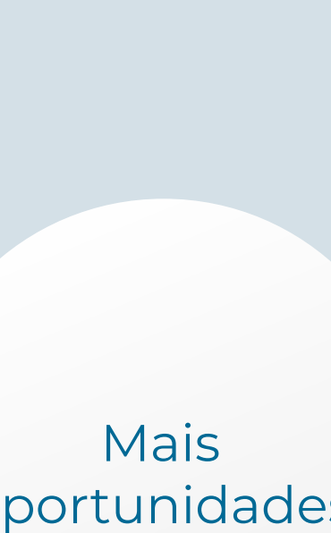
- Atenção especializada às pessoas após o período de responsabilização
- Fomento a metodologias e fluxos para oferta de serviços e de oportunidades

Impactos



Melhoria da performance e economia de recursos

Mais oportunidades para mais cidadãos



Reconhecimento da sociedade

Fortalecimento do Judiciário e da democracia

Confira as **28 ações** simultâneas para **resultados transformadores**

PROPORCIONALIDADE PENAL

1 **ALTERNATIVAS PENAIS**

2 **AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA**

3 **CONTROLE DA SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA**

4 **JUSTIÇA RESTAURATIVA**

SOCIOEDUCATIVO

5 **CENTRAL DE VAGAS**
OCUPAÇÃO TAXATIVA DE VAGAS

6 **APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO SOCIOEDUCATIVO**

7 **PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO A ADOLESCENTES PÓS-CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

8 **IMPLEMENTAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIFUSÃO DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO INTEGRADO (NAI)**

9 **DISSEMINAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

10 **FORTALECIMENTO E ACESSO A PROGRAMAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM NO SOCIOEDUCATIVO**

11 **PLANO NACIONAL DE FOMENTO À LEITURA**

CIDADANIA

12 **FORTALECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS**

13 **PLANO NACIONAL DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

14 **FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EXECUÇÃO PENAL**

15 **PLANO NACIONAL DE FOMENTO AO ESPORTE E AO LAZER NO SISTEMA PRISIONAL**

16 **QUALIFICAÇÃO DAS INSPEÇÕES JUDICIAIS E ENFRENTAMENTO À TORTURA NOS AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

17 **ESTRATÉGIA JUDICIÁRIA PARA FORTALECIMENTO DA PNAISP**

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO CIVIL

18 **IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CIVIL**

19 **SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU)**

GESTÃO E AÇÕES TRANSVERSAIS

20 **MUTIRÃO CARCERÁRIO ELETRÔNICO**

21 **FORTALECIMENTO DOS GMFs**

22 **COVID-19**

23 **EQUIPES PSICOSSOCIAIS NO PODER JUDICIÁRIO: ATUAÇÃO EM REDE NAS POLÍTICAS PENAIS E SOCIOEDUCATIVAS**

24 **SISTEMAS ELETRÔNICOS DO DMF E AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

25 **DIVERSIDADE NA ASSISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA EM UNIDADES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

26 **ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS E RESTAURATIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO**

27 **DIÁLOGOS POLÍCIAS E JUDICIÁRIO**

28 **ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Principais resultados*

Tecnologia e sistemas

- **SEEU nacionalizado**

  de **4** para **32** tribunais, de **109 mil** para **1,3 milhões** de processos – com novas funcionalidades e integração entre diferentes atores da Justiça Criminal

- **Identificação civil por biometria**

  4,5 mil kits biométricos adquiridos e distribuídos para todo o país (Judiciário e administrações penitenciárias). Acordos efetivados para fluxo e sistematização de dados e emissão de documentos

- **Socioeducativo (CNACL e CNIUPS)**

  sistemas de **gestão de medidas socioeducativas** e de inspeção em unidades de internação em saneamento e reformulação

Porta de entrada

- **Audiências de custódia** fortalecidas nas 27 UFs
  - Redução de **7%** na conversão em prisões preventivas
  - Aumento de **17%** em encaminhamentos sociais
  - **20 serviços** de Atendimento à Pessoa Custodiada inaugurados ou otimizados
- Fortalecimento de políticas locais de **alternativas penais** e de **monitoração eletrônica** – facilitação para novos serviços e capacitações
- Implantação de **10 núcleos** de Justiça Restaurativa
- **Diálogo com polícias** estabelecido para refinamento de fluxos e rotinas

Política penal e egressos

- **20 Escritórios Sociais** inaugurados em **14 UFs** – potencial de 90 mil atendimentos de pessoas egressas. Aplicativo **Escritório Social Virtual** em finalização
- Plataforma **Rede Nacional de Atenção a Pessoas Egressas** em construção. Raesps impulsionadas em **6 UFs**
- Fortalecimento de **Conselhos da Comunidade**
- Parcerias para **inovação** em modelos de oferta de **educação** e de **trabalho** em andamento

Política socioeducativa

- **Sinase fortalecido em 15 UFs** – maior envolvimento do Judiciário, fomento a comissões intersetoriais e a ações em meio aberto, módulo em escolas de magistratura
- **Fomento a políticas diversas:** central de vagas, audiência concentrada, inspeções

Covid-19

- **Recomendação 62 + orientações técnicas** – pelo menos 40 mil pessoas retiradas do meio fechado em caráter emergencial (prisões e socioeducativo)
- **Apoio** técnico a tribunais
- **Monitoramento** e sistematização de dados

E mais

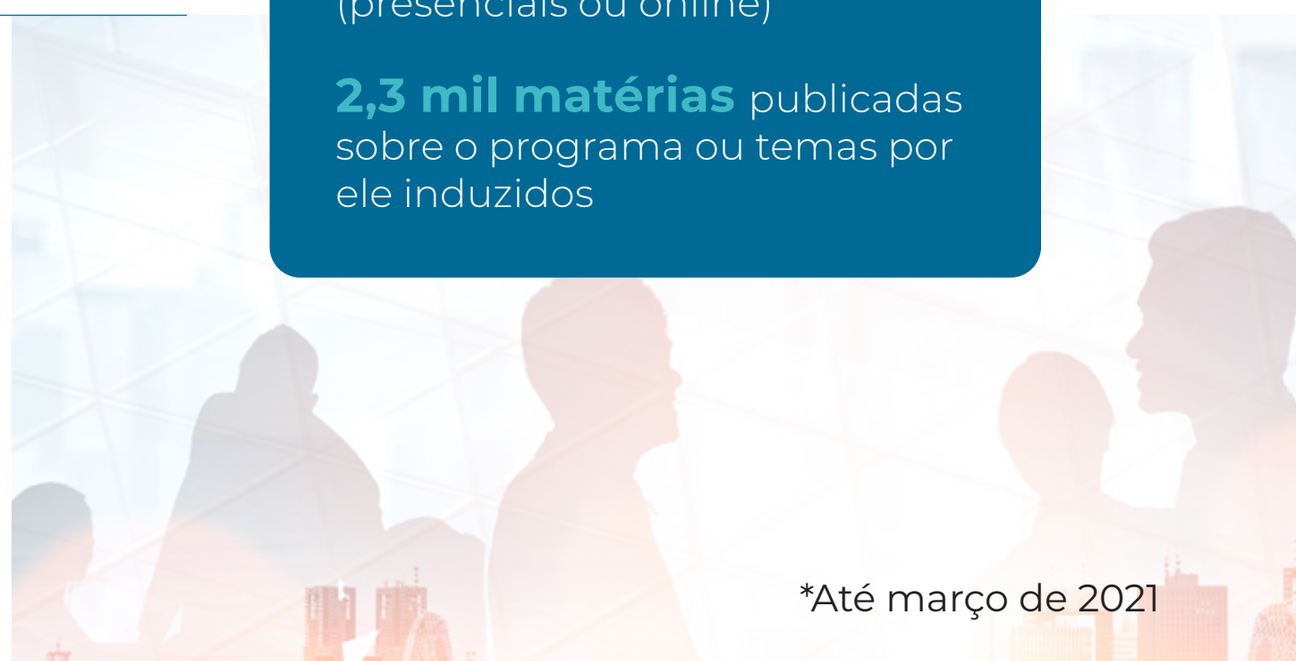
36 produtos de conhecimento lançados

20 normativas publicadas

+ de 25 mil pessoas capacitadas em eventos ou missões

104 eventos realizados (presenciais ou online)

2,3 mil matérias publicadas sobre o programa ou temas por ele induzidos



*Até março de 2021

Apoio

Realização